26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

AUTENTICIDADE DO OFÍCIO E ACESSO À INFORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

AUTHENTICITY OF OFFICIAL DOCUMENTS AND ACCESS TO INFORMATION AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF PARÁ

Ruan Denner Gomes de Castro – Universidade Federal do Pará (UFPA)
Yago de Oliveira Costa – Universidade Federal do Pará (UFPA)
Gilberto Gomes Cândido – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A transformação digital das instituições públicas tem alterado a produção, a tramitação e o acesso aos documentos administrativos, exigindo reflexões sobre a autenticidade documental em ambientes eletrônicos. Nesse contexto, o estudo analisa a autenticidade do ofício produzido no Sistema Integrado de Patrimônio Administração e Contratos da Universidade Federal do Pará, identificando suas implicações para o acesso à informação. A pesquisa é aplicada, qualitativa, descritiva e exploratória. Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo das funcionalidades do sistema relacionadas à produção e tramitação de ofícios, considerando elementos diplomáticos e arquivísticos associados à autenticidade documental. Os resultados evidenciaram que a autenticidade dos ofícios não depende exclusivamente do conteúdo e que sua caracterização no ambiente digital envolve elementos formais e registros contextuais associados à produção e tramitação no sistema. Esses elementos contribuem para a identificação, contextualização e rastreabilidade documental, subsidiando a análise de sua autenticidade. Constatou-se ainda que autenticidade documental e acesso à informação são dimensões distintas, porém relacionadas: os registros contextuais contribuem para a confiabilidade do documento, enquanto os mecanismos de controle de acesso regulam sua disponibilização. Conclui-se que as funcionalidades do SIPAC/UFPA contribuem para a organização, contextualização e acesso a informações institucionais confiáveis. Para a Ciência da Informação e os estudos de autenticidade documental, a pesquisa evidencia a contribuição da Diplomática Contemporânea e da Arquivologia para compreender elementos de identidade, contexto, trajetória, organização, recuperação e uso de documentos arquivísticos digitais confiáveis.
Palavras-chave: autenticidade documental; acesso à informação; documentos digitais; gestão documental; sistemas informatizados.

Abstract: The digital transformation of public institutions has altered the creation, processing, and access to administrative documents, necessitating reflection on document authenticity in electronic environments. In this context, this study analyzes the authenticity of official letters produced within the Federal University of Pará's Integrated System for Assets Administration and Contracts identifying implications for access to information. The research is applied, qualitative, descriptive, and exploratory. Methodological procedures involved a literature review and content analysis of system functionalities related to the creation and processing of official letters, considering diplomatic and archival elements associated with document authenticity. Results showed that the authenticity of official letters does not depend solely on content; rather, their characterization in the digital environment involves formal elements and contextual records linked to their creation and processing within the system. These elements facilitate document identification, contextualization, and traceability, thereby supporting the analysis of authenticity. It was also found that document authenticity and access to information are distinct from yet related dimensions: contextual records contribute to document reliability, while control and access mechanisms regulate availability. The study concludes that SIPAC/UFPA functionalities contribute to the organization, contextualization, and access to reliable institutional information. For Information Science and studies on document authenticity, the research highlights the contribution of Contemporary Diplomatics and Archival Science to understanding elements of identity, context, trajectory, organization, retrieval, and use regarding reliable digital archival documents.
Keywords: documentary authenticity; access to information; digital documents; document management; computerized systems.

1 INTRODUÇÃO

A transformação digital das instituições públicas tem promovido mudanças significativas na produção, tramitação, preservação e acesso aos documentos administrativos. Nesse contexto, as tecnologias da informação e comunicação (TICs) passaram a desempenhar papel central na formalização de atos institucionais, na organização de fluxos documentais e na garantia de transparência administrativa. Entre esses instrumentos, destaca-se o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), utilizado por diversas universidades federais brasileiras, entre elas a Universidade Federal do Pará (UFPA), como um sistema que informatiza as operações e a gestão de processos administrativos.

No âmbito da UFPA, o SIPAC/UFPA possibilita a produção, o registro e a tramitação de diferentes espécies documentais. Entre essas, destaca-se o ofício, amplamente empregado na comunicação oficial entre setores institucionais e entre a universidade e agentes externos.

Segundo Farias (2023), o módulo Protocolo do SIPAC/UFPA possibilita ao usuário indicar o tipo documental no momento do registro e da formalização do processo, selecionando ofício, requerimento, entre outros tipos documentais, bem como informar o respectivo assunto. Nessa

perspectiva, observa-se que a estruturação dos documentos no sistema influencia diretamente sua organização, recuperação e as condições de acesso à informação.

Ainda que tradicionalmente vinculado ao suporte papel, o ofício passou a ser produzido e tramitado em ambiente digital, conforme dispõe o Decreto n.º 8.539/2015, que institui normas para a implementação do Processo Administrativo Eletrônico (PAE) no âmbito da administração pública federal, visando tornar mais eficiente a gestão de documentos e o fluxo processual nos órgãos da administração pública federal (Brasil, 2015). Tal mudança exige novas reflexões acerca das condições de produção e manutenção das características documentais no meio digital, especialmente no que se refere à autenticidade, confiabilidade e acesso à informação.

Em sistemas eletrônicos, a autenticidade documental não depende apenas da forma visível do documento, mas também de elementos técnicos, procedimentais e contextuais, tais como metadados, registros de autoria, assinaturas eletrônicas e rastreabilidade das ações realizadas no sistema. Sob a perspectiva da Diplomática Contemporânea, esses elementos permitem analisar a identidade, a integridade e o contexto de produção do documento digital, fornecendo fundamentos para a avaliação de sua autenticidade no SIPAC/UFPA (InterPARES 2, 2007).

Dessa maneira, discutir a autenticidade do ofício no SIPAC/UFPA torna-se relevante porque esse atributo sustenta a confiança institucional nos documentos produzidos digitalmente e influencia diretamente na transparência e no acesso à informação. Nesse sentido, coloca-se o seguinte problema de pesquisa: como a autenticidade do ofício, no contexto do SIPAC/UFPA, se configura no ambiente digital e de que maneira influencia as condições de acesso à informação em ambientes institucionais?

A justificativa desta pesquisa reside na necessidade de aprofundar debates interdisciplinares entre Diplomática Contemporânea, Arquivologia e Ciência da Informação aplicados aos ambientes digitais institucionais. A Diplomática Contemporânea contribui para a análise dos elementos de identidade, integridade e contexto de produção que sustentam a autenticidade documental, enquanto a Arquivologia e a Ciência da Informação permitem relacioná-los à gestão, organização, recuperação e acesso à informação.

Embora o uso de sistemas eletrônicos seja crescente, ainda persistem desafios relacionados ao gerenciamento dos documentos natos digitais, especialmente em

universidades públicas, cujas atividades administrativas demandam elevado volume documental e mecanismos capazes de assegurar sua autenticidade e acesso.

Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a autenticidade do ofício produzido no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos da Universidade Federal do Pará, identificando suas implicações para o acesso à informação em ambientes institucionais. Como objetivos específicos, pretende-se: 1) caracterizar o ofício como espécie documental no contexto digital; 2) examinar como o sistema organiza a produção, tramitação e recuperação desses documentos; e 3) analisar os impactos da autenticidade documental para o acesso à informação institucional.

Espera-se que os resultados contribuam para ampliar a compreensão sobre autenticidade em documentos digitais institucionais, especialmente no que se refere às suas implicações para o acesso à informação, oferecendo subsídios para aprimoramento de práticas de gestão documental, transparência e acesso em universidades públicas.

Estudos anteriores abordam a autenticidade e a preservação dos documentos digitais (Pacheco; Freitas; Silva, 2022; Reis; Lousada; Lacombe, 2020), enquanto Farias (2023) analisa a conformidade arquivística do sistema de processos administrativos da UFPA. Nesse contexto, permanece pouco explorada a análise específica da autenticidade do ofício produzido no SIPAC/UFPA e de suas implicações para o acesso à informação, recorte em que se insere esta pesquisa.

2 ACESSO À INFORMAÇÃO E AUTENTICIDADE DOCUMENTAL

O acesso à informação constitui um direito fundamental e um instrumento de transparência, participação social e controle da Administração Pública. No contexto brasileiro, esse direito é regulamentado pela Lei nº 12.527/2011 Lei de Acesso à Informação (LAI), que estabelece a obrigação de os órgãos e entidades públicos assegurarem a gestão transparente da informação, o amplo acesso e a sua divulgação. Entretanto, o acesso não se limita à disponibilização de conteúdos: também envolve a garantia de que as informações oferecidas sejam confiáveis e correspondam aos registros produzidos no exercício das atividades institucionais.

A compreensão desse direito exige considerar o próprio conceito de informação. Para Cardoso Pereira (1996), a informação possui duas dimensões intrinsecamente conectadas: a pessoal e a coletiva. A primeira relaciona-se às experiências e interpretações acumuladas pelos

indivíduos ao longo de suas trajetórias, a segunda corresponde aos conhecimentos produzidos e disponibilizados socialmente. Contudo, as condições sociais, culturais e econômicas influenciam diretamente as possibilidades de acesso e apropriação da informação pelos indivíduos.

No ano de 2011, o Brasil dá início a um processo significativo para construir e fortalecer seu regime democrático. A LAI estabelece, em seu art. 6º, que os órgãos e entidades do poder público devem assegurar:

> Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a: I - Gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação; II - Proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso (Brasil, 2011, p. 2).

Garantir acesso à informação é um dispositivo garantido por lei, portanto, é constitucional e visa garantir a segurança da transparência pública, a participação social dos indivíduos de uma sociedade e do Estado democrático de direito.

A partir do final do século XX, os registros de informações em documentos digitais produzidos por instituições passaram a integrar de forma efetiva as atividades organizacionais. Nesse contexto, tornou-se necessário desenvolver formas adequadas de tratamento desses documentos, garantindo sua autenticidade, uma vez que desempenham papel como prova das ações institucionais e na garantia de direitos (Reis; Lousada; Lacombe, 2020).

Desta forma, por se trata de proteção da informação, um dos elementos importantes que precisa ter destaque é a autenticidade, já que a informação faz parte do conteúdo registrado. Nesse sentido, a própria LAI discute e versa sobre isso, o acesso e proteção das informações, concedendo sua disponibilidade e mantendo sua autenticidade.

Quando a informação está registrada num documento, esse documento precisa manter uma forma autêntica, para não haver falsificações ou adulterações em sua forma, mantendo assim que, consoante o Projeto InterPARES 2 (2007), a Diplomática Contemporânea contribui para essa discussão ao compreender que a autenticidade como uma característica relacionada à integridade e identidade do documento.

Assim sendo, a autenticidade implica na garantia de que o registro permanece íntegro e de que é possível demonstrar que ele é aquilo que deveria ser, bem como que sua transmissão

ao longo do espaço e do tempo ocorreu sem alterações, corrupções ou qualquer tipo de modificação em sua forma original (Pacheco; Freitas; Silva, 2022).

Na próxima seção, esta pesquisa irá discutir a relevância do ofício como espécie documental no ambiente digital, que é um documento que mantém informações registradas e que circula no sistema de gestão de processos da UFPA, compreendendo a necessidade de se ter informações autênticas em documentos oficiais administrativos.

3 O OFÍCIO COMO ESPÉCIE DOCUMENTAL NO AMBIENTE DIGITAL

No contexto dos sistemas informatizados, as espécies documentais desempenham um papel central na formalização das atividades institucionais e na organização da informação, uma vez que os documentos de arquivo refletem as funções que lhes deram origem (Bellotto, 2006). A espécie documental corresponde à configuração assumida pelo documento de acordo com sua finalidade e estrutura, permitindo sua identificação no contexto das atividades institucionais (Arquivo Nacional, 2005; Bellotto, 2022). Entre essas espécies, destaca-se o ofício, utilizado como instrumento de comunicação oficial entre órgãos, unidades administrativas e agentes externos.

A identificação da espécie documental também se relaciona à autenticidade documental. Isso porque a espécie constitui um dos elementos que integram a identidade do documento, permitindo reconhecer sua forma, finalidade e vinculação às atividades que lhe deram origem. Nessa perspectiva, a preservação da identidade documental é condição necessária para a manutenção da autenticidade, visto que possibilita demonstrar que o documento permanece aquilo que afirma ser ao longo do tempo (InterPARES 2, 2007).

No ambiente digital, entretanto, a identificação do ofício não depende somente de sua configuração formal, mas também dos elementos registrados e mantidos pelo sistema no qual é produzido e tramitado. Esses elementos contribuem para relacioná-lo ao produtor, à atividade administrativa e ao processo em que se insere, compondo o contexto necessário à manutenção de sua identidade e autenticidade. Nesse contexto, os mecanismos de autenticação utilizados pelo sistema funcionam como procedimentos de validação, enquanto a autenticidade documental está relacionada à manutenção dos atributos de identidade, integridade e contexto do documento durante sua produção e tramitação.

No contexto da Universidade Federal do Pará, o ofício é produzido e tramitado por meio do PAE dentro do SIPAC/UFPA, integrando-se aos processos administrativos eletrônicos da

instituição (Farias, 2023). Embora o SIPAC/UFPA utilize a denominação "Tipo do Documento" em sua interface, neste estudo o ofício é compreendido como espécie documental conforme a terminologia arquivística. No âmbito do sistema, o cadastro de processos envolve o preenchimento de campos estruturados, como tipo documental, assunto, unidade de origem e identificação do interessado, além da inserção de documentos digitais e da definição de sua tramitação. Dessa maneira, esses registros possibilitam identificar e contextualizar o ofício no ambiente digital, fornecendo elementos que serão considerados na análise de sua autenticidade e das condições de acesso à informação (UFPA, 2022).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica sobre acesso à informação, autenticidade documental e o ofício como espécie documental no ambiente digital.

Complementarmente, entre fevereiro e junho de 2026, foram analisadas as funcionalidades do SIPAC/UFPA, objeto deste artigo, mediante observação das interfaces, dos campos informacionais e dos mecanismos de validação relacionados à produção e tramitação de ofícios.

Para o tratamento dos dados e categorização, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), desenvolvida em três etapas: análise inicial, observação do material e tratamento dos resultados. A análise inicial foi orientada pela literatura sobre acesso à informação, autenticidade e espécie documental. Em seguida, a observação concentrou-se no módulo de Protocolo do SIPAC/UFPA, especialmente nas funcionalidades relacionadas ao cadastro, à produção e à tramitação de documentos administrativos.

A análise do conteúdo se deu inicialmente no módulo de processos administrativos. Em seguida, no submódulo “Menu” de protocolo, que indicava todas as funcionalidades disponíveis para os processos. Na aba “Documentos”, foi selecionada a opção de cadastro de documentos, que permitia informar o tipo documental e sua natureza. Por fim, na funcionalidade “Escrever documento”, foram analisados três modelos de ofício disponibilizados pelo sistema: solicitação de matrícula, solicitação de turma e solicitação de visita técnica, sendo este último utilizado como exemplo ilustrativo por apresentar a estrutura documental completa da espécie.

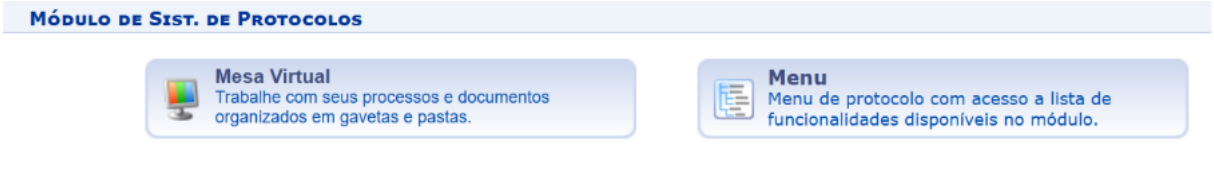
Na etapa de tratamento dos resultados, os elementos observados foram agrupados em categorias relacionadas à autenticidade documental, tais como identificação da espécie documental, proveniência, contextualização administrativa, rastreabilidade e controle de acesso. As categorias analíticas foram construídas a partir da articulação entre os conceitos identificados no referencial teórico e os elementos observados nas funcionalidades do sistema. Essas categorias orientaram a análise das funcionalidades do sistema e subsidiaram a elaboração do Quadro 1, que relaciona os elementos identificados no sistema às contribuições para a autenticidade documental e o acesso à informação.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O SIPAC/UFPA, sistema responsável pela gestão das atividades-meio da UFPA, contempla de forma integrada toda a área administrativa, desde as solicitações iniciais até o controle do orçamento distribuído internamente. Sua implantação na UFPA ocorreu gradualmente: segundo Farias (2023), o interesse pelo sistema surgiu em 2009, o SIPAC foi implementado em 2013 e novos módulos incorporados em 2017. A partir de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19, a instituição passou a utilizar o Processo Administrativo Eletrônico (PAE) por meio do módulo de protocolo, ampliando a tramitação digital dos processos administrativos.

No módulo Protocolo, os documentos e processos são cadastrados e tramitados por meio da interface do sistema, conforme apresentado na Figura 1.

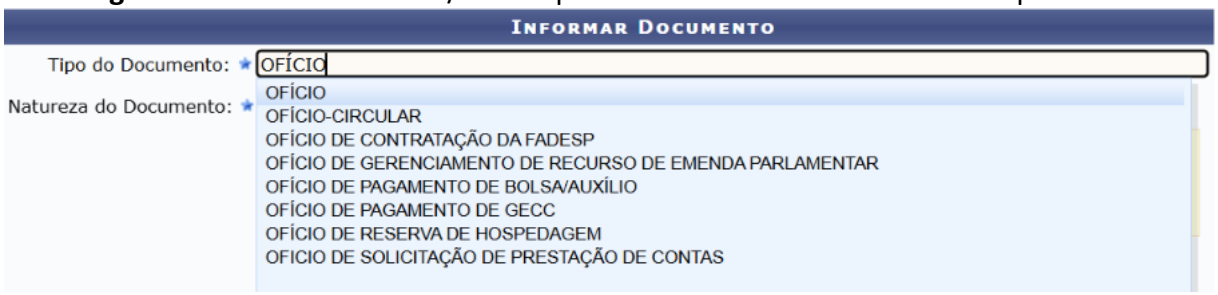
Figura 1 – Recorte do módulo protocolo de acesso às abas que geram e cadastram processos e documentos



Fonte: Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (2026)

A Figura 2 apresenta o campo “Tipo do Documento”, no qual o usuário seleciona a opção correspondente ao documento que será inserido no processo, incluindo diferentes denominações relacionadas ao ofício.

Figura 2 – Recorte no SIPAC/UFPA tipo do documento a ser inserido no processo

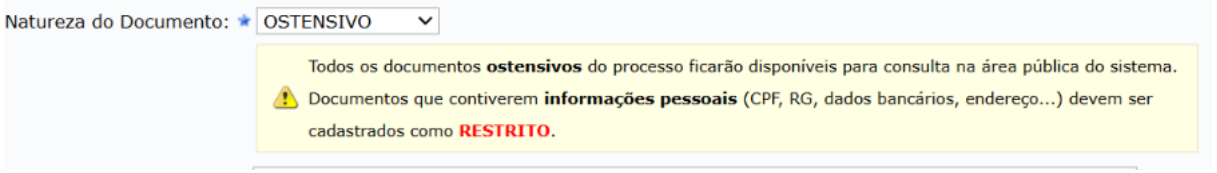


Fonte: Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (2026)

A presença de diferentes opções relacionadas ao ofício, inclusive uma categoria denominada apenas "Ofício", evidencia uma questão de identificação documental no sistema. Sob a perspectiva arquivística adotada neste estudo, a identificação adequada da espécie contribui para reconhecer a finalidade do documento e sua vinculação à atividade administrativa que lhe deu origem, elementos relacionados à manutenção de sua identidade e, consequentemente, à análise de sua autenticidade.

A Figura 3 apresenta a definição da natureza do documento no SIPAC/UFPA, permitindo classificá-lo quanto às condições de acesso, como "Ostensivo" ou "Restrito".

Figura 3 – Recorte no SIPAC/UFPA da natureza do documento a ser inserido no processo

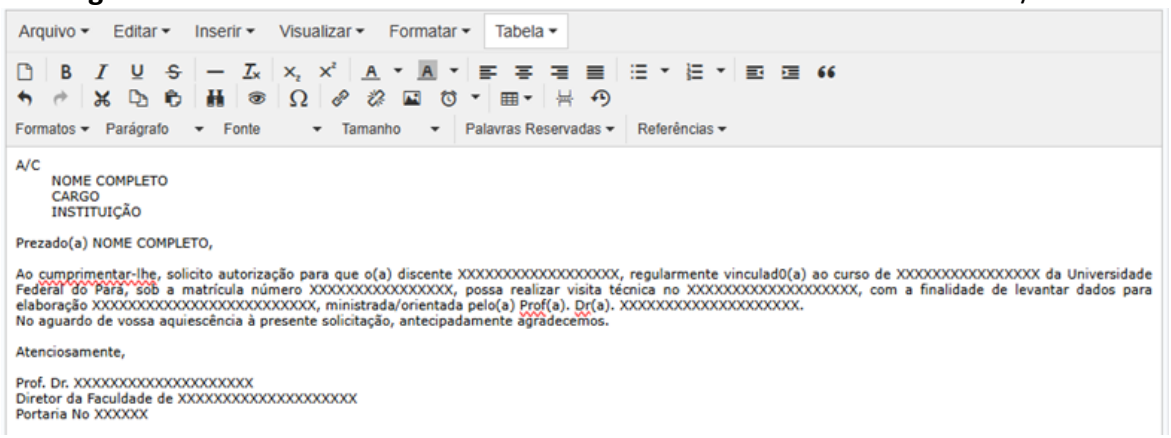


Fonte: Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (2026)

Esse mecanismo demonstra a relação entre gestão documental e acesso à informação, pois condiciona a disponibilização do documento às regras definidas pelo sistema. A atribuição da natureza ostensiva ou restrita não comprova, isoladamente, a autenticidade documental, mas integra os controles associados à disponibilização e à proteção das informações institucionais.

A Figura 4 apresenta um modelo de ofício elaborado diretamente no editor de documentos do SIPAC/UFPA, no qual são identificados elementos formais como destinatário, texto, fecho e identificação da autoridade signatária. Esses elementos possibilitam reconhecer a configuração documental do ofício e, associados aos registros produzidos pelo sistema, contribuem para sua identificação no ambiente digital.

Figura 4 – Modelo de ofício elaborado no editor de documentos do SIPAC/UFPA



Fonte: Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (2026)

As funcionalidades observadas demonstram que, no ambiente digital, a identificação e a contextualização do ofício também dependem dos registros produzidos durante sua inserção e tramitação no sistema. O Quadro 1 sintetiza esses elementos e sua relação com a autenticidade documental e o acesso à informação.

Quadro 1 – Elementos observados no SIPAC/UFPA e sua relação com a autenticidade documental e o acesso à informação

Elemento observado no sistema	Função no SIPAC	Relação com a autenticidade documental e o acesso
Tipo documental	Identifica a espécie documental cadastrada no sistema	Permite a identificação da espécie documental e de sua vinculação à atividade administrativa que a gerou
Número de processo	Vincula o documento ao processo administrativo	Preserva o vínculo com o contexto administrativo
Unidade de origem	Identifica o setor responsável	Contribui para a identificação da proveniência do documento
Histórico de tramitação	Registra movimentações do processo no sistema	Assegura a rastreabilidade das ações
Data e horário do registro	Registra a produção e movimentação	Favorece a confiabilidade do documento
Natureza do documento	Define regras de acesso	Estabelece condições de disponibilização ou restrição de acesso

Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Os resultados permitem caracterizar o ofício produzido no SIPAC/UFPA como uma espécie documental cuja identificação, no ambiente digital, envolve tanto seus elementos

formais quanto os registros contextuais associados à sua produção e tramitação. Assim, destinatário, conteúdo, fecho e identificação da autoridade signatária permitem reconhecer sua configuração documental, enquanto número do processo, unidade de origem, data, horário e histórico de tramitação estabelecem vínculos com o contexto administrativo no qual o documento foi produzido.

Esses elementos também contribuem para a análise de sua autenticidade. A unidade de origem auxilia na identificação da proveniência; o número do processo mantém o vínculo com a atividade administrativa; e o histórico de tramitação, associado aos registros de data e horário, possibilita acompanhar a trajetória do documento no sistema. Em conjunto, esses mecanismos favorecem a manutenção de sua identidade, contexto e rastreabilidade, aproximando-se dos atributos relacionados à autenticidade documental discutidos pelo InterPARES 2 (2007).

De acordo com Tognoli (2014), a Diplomática possibilita reconhecer o documento a partir de seus elementos constitutivos e de seu contexto de produção. Dessa forma, a análise reforça a caracterização de um documento, como no caso do ofício, que a partir da produção no sistema é possível identificá-lo, tendo elementos inerentes que fazem parte da sua estrutura. Nesse sentido, a Diplomática Contemporânea possibilita interpretar esses elementos não apenas como componentes formais, mas como atributos que vinculam o documento ao seu contexto de produção, ao produtor e à atividade administrativa que o originou, fornecendo subsídios para a análise de sua identidade e autenticidade no ambiente digital.

Quanto ao acesso à informação, a autenticidade assume relevância porque a disponibilização de documento institucional confiável pressupõe a possibilidade de reconhecer sua origem, contexto e trajetória. Ao mesmo tempo, a definição de sua natureza como ostensiva ou restrita estabelece as condições de acesso no sistema. Desse modo, os resultados indicam que a autenticidade e o acesso são dimensões distintas, porém relacionadas: enquanto os registros contextuais contribuem para sustentar a confiabilidade do documento, os mecanismos de controle de acesso regulam sua disponibilização conforme as condições estabelecidas institucionalmente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações relacionadas à produção de documentos em ambientes digitais evidenciam a necessidade de discutir as condições que garantem sua autenticidade e acesso no contexto institucional.

Quanto ao primeiro objetivo específico, em relação à caracterização do ofício como espécie documental no contexto digital, verificou-se que sua identificação envolve não apenas os elementos formais que o caracterizam, mas também os registros contextuais produzidos pelo sistema, que permitem vinculá-lo ao produtor, à atividade administrativa e ao contexto de produção. Observou-se ainda a existência de diferentes opções de classificação de tipos para ofícios no sistema, incluindo uma categoria genérica denominada apenas "Ofício". Essa multiplicidade pode comprometer a padronização dos documentos, gerando inconsistências na identificação da espécie documental e possíveis impactos sobre a identidade do ambiente digital.

Considerando o segundo objetivo, verificou-se que o SIPAC/UFPA organiza a produção, a tramitação e a recuperação dos ofícios por meio de campos e funcionalidades que registram informações sobre o documento e o processo administrativo. A vinculação ao processo, a identificação da unidade de origem e os registros de data, horário e tramitação permitem contextualizar o documento e acompanhar sua trajetória no ambiente digital. A revisão bibliográfica e a observação das funcionalidades do sistema evidenciaram que a manutenção da autenticidade do ofício em ambiente digital depende de mecanismos tecnológicos e procedimentais.

No que tange ao terceiro objetivo específico, os resultados indicam que a autenticidade do ofício produzido no SIPAC/UFPA não depende exclusivamente de seu conteúdo, mas também dos mecanismos de controle incorporados pelo sistema diante do contexto de produção.

Os resultados extraídos demonstram ainda que a autenticidade apresenta relação direta com as condições de acesso à informação, uma vez que a disponibilização dos documentos institucionais pressupõe a manutenção dos atributos como unidade de origem, identificação do processo, a data, o horário de tramitação, os quais permitem comprovar sua origem, contexto e confiabilidade. Ao mesmo tempo, os mecanismos de controle de acesso regulam as condições de disponibilização dos documentos, evidenciando que autenticidade e acesso à informação constituem dimensões distintas, porém relacionadas.

Sob o ponto de vista da Ciência da Informação, os resultados evidenciam que os sistemas informatizados atuam como ambientes de produção, organização, preservação e acesso à informação. Dessa maneira, a autenticidade documental representa um elemento para

assegurar a confiabilidade da informação institucional e ampliar as possibilidades de acesso em ambientes digitais.

Por fim, considera-se que a análise desenvolvida contribui para as discussões sobre autenticidade documental em ambiente digital, especialmente no contexto das universidades públicas, ao evidenciar a importância dos sistemas informatizados na preservação de atributos arquivísticos essenciais para o acesso à informação institucional.

Como limitação, a pesquisa restringiu-se à análise das funcionalidades observáveis do SIPAC/UFPA, sem contemplar aspectos internos do sistema ou a percepção dos usuários. Estudos futuros poderão aprofundar a investigação por meio da análise de metadados, entrevistas e avaliações de conformidade com a Arquivologia, ampliando a compreensão sobre autenticidade e acesso à informação em ambientes digitais.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 4 maio 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O entendimento da espécie e do tipo documentais na teoria e na prática arquivísticas. **OFFICINA - Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 9-16, 2022. Disponível em: https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivi/article/view/11. Acesso em: 4 maio 2026.

BRASIL. **Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015**. Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8539.htm. Acesso em: 28 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5°, no inciso II do § 3° do art. 37 e no § 2° do art. 216 da Constituição Federal [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 18 maio 2026.

PEREIRA, Ana Maria Cardoso. Pós-modernidade e informação: conceitos complementares. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jun. 1996.

Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22309. Acesso em: 18 maio 2026.

FARIAS, Laécio Lucas Sousa. **Diagnóstico de conformidade arquivística do sistema de processos administrativos da Universidade Federal do Pará**. 2023. 193 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2020/farias-laecio-lucas-sousa-diagnostico-de-conformidade-arquivistica-do-sistema-de-processos-administrativos-da-universidade-federal-do-para/view. Acesso em: 28 abr. 2026.

INTERPARES 2. **Diretrizes do Preservador**: a preservação de documentos arquivísticos digitais: diretrizes para organizações. Tradução Arquivo Nacional; Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip2_preserver_guidelines_booklet--portuguese.pdf. Acesso em: 9 maio 2026.

PACHECO, André Pereira; FREITAS, Maria Cristina Vieira; SILVA, Carlos Guardado. O "FAIR Accessor" e a autenticidade da informação arquivística digital. **Transinformação**, Campinas, v. 34, p. 1–12, 2022. Disponível em: .https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6481. Acesso em: 22 maio 2026.

REIS, Raquel Dias Silva; LOUSADA, Mariana; LACOMBE, Cláudia. O documento arquivístico digital e sua preservação: alguns aspectos sobre presunção de autenticidade. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 137–156, 2020. Disponível em: https://revistaagcrj.rio.br/index.php/ojs/article/view/365. Acesso em: 22 maio 2026.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A construção teórica da Diplomática**: em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. (Coleção PROPG Digital- UNESP). ISBN 9788579835711.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Processo Administrativo Eletrônico (PAE/UFPA)**: mesa virtual - SIPAC. Belém: UFPA, 2022. Disponível em: https://pae.ufpa.br/tutoriais. Acesso em: 4 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos**. Belém: UFPA, 2026. Disponível em: https://sipac.ufpa.br/sipac/. Acesso em: 4 maio 2026.